



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO

ANA CAROLINE BRAGA DO NASCIMENTO

**A JUVENTUDE PERIFÉRICA E O MERCADO DE TRABALHO FORMAL
BRASILEIRO: Principais dificuldades de inserção profissional no século XXI**

**Rio de Janeiro
2023**

ANA CAROLINE BRAGA DO NASCIMENTO

**A JUVENTUDE PERIFÉRICA E O MERCADO DE TRABALHO FORMAL
BRASILEIRO: Principais dificuldades de inserção profissional no século XXI**

**Monografia apresentada à Escola Politécnica de
Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo
Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito parcial
para aprovação no Curso Técnico em Gerência
em Saúde.**

Aprovado em __/__/__.

BANCA EXAMINADORA

**Marcello de Moura Coutinho (Orientador)
EPSJV/FIOCRUZ**

**Wallace Lopes Silva
EPSJV/FIOCRUZ**

**Renata Rufino Amaro
EPSJV/FIOCRUZ**

**Rio de Janeiro
2023**

Dedico esse trabalho a todos os trabalhadores informais, em especial, aos meus pais, que se entregaram avassaladoramente a esse tipo de trabalho, em busca de oferecer o melhor para si e seus filhos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus por ter permitido viver a Politécnic, por me mostrar a paixão pela gestão em saúde, por nunca deixar de demonstrar que sempre esteve ao meu lado, bem como pela concessão de uma bolsa de iniciação científica.

À mim mesma, por me mostrar cada vez mais forte em minha caminhada na vida e, por descobrir ao longo deste processo que posso mudar meu destino.

À minha família, pois sem a base material e o amor que me deram provavelmente, eu não concluiria esta etapa acadêmica com tanta coragem e confiança, em especial à minha mãe, por depositar toda confiança e apoio em toda minha caminha. Ter você como mãe foi essencial para começar o que hoje estou concluindo. E ao meu pai, que por tanto tempo lutou para que eu chegasse até este momento.

À minha amada segunda família Sangiovanni, ter conhecido vocês ao longo deste processo foi o que fez ele se tornar ainda mais marcante na minha vida. Primeiramente, a meu querido companheiro, Rafael, sem você eu não teria a chance de conhecer a sua/nossa família, por todo o incentivo e cuidado ao longo dos anos, e por partilhar o bom da vida comigo. Ao meu sogro, por tanto carinho e incentivo, por me acolher como filha e por sempre me mostrar a cada momento juntos, como a vida é boa quando compartilhada com quem amamos.

À minha querida irmã Lara Cristina, por me fazer perceber o quanto Deus cuida de mim, por me permitir contemplar a vida ao seu lado, por me mostrar que nada é tão forte, quanto nós mesmos. Obrigada por caminhar junto comigo.

Ao meu orientador Marcello Coutinho, por não apenas embarcar neste trabalho, mas também pelo incentivo e interesse em minha pesquisa, e por ser além de orientador, um excelente professor. Obrigada por todo o longo caminho ter acreditado em mim.

Por fim, agradeço a todos que me apoiaram, direta ou indiretamente, obrigada a todos.

*“Não sinta medo jovem negro,
Sem desespero jovem negro. Você
pode escolher seu caminho.”
(LEALL).*

RESUMO

O presente estudo analisou as principais dificuldades relativas à inserção dos jovens periféricos no mercado de trabalho formal brasileiro no século XXI. Portanto, a pesquisa tem centralidade nos jovens periféricos, os quais, em larga medida, não dispõem das garantias do trabalho estável, amparado pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Vale ressaltar que, os referidos jovens acabam se submetendo a más condições de trabalho e salários baixíssimos, buscando de certa maneira escapar da pobreza e, em certas circunstâncias, da miséria. Compreende-se que este tema é de extrema relevância, para entender as condições destes jovens e estimular um olhar mais sensível da sociedade e do Estado, o que poderia por sua vez, melhorar extremamente a qualidade de vida nas periferias, as quais foram sendo deixadas de lado no processo de urbanização, crescente e desordenado das regiões metropolitanas como a do Rio de Janeiro. Objetivou-se analisar as principais dificuldades relativas à inserção dos jovens periféricos no mercado de trabalho formal brasileiro no século XXI. E, mais especificamente, compreender as diferentes condições da vida juvenil e investigar a relação que os jovens periféricos estabelecem com o território em que reside, levando em consideração os aspectos socioculturais e econômicos; problematizar o contexto do ultraliberalismo e os principais fatores socioeconômicos que contribuem para a flexibilização dos direitos sociais e intensificação da exploração da classe trabalhadora. Entende-se que para a realização deste estudo, o método mais adequado é a abordagem qualitativa. As estratégias de pesquisa utilizadas foram o levantamento documental e bibliográfico nas bases de dados SciELO e Google Acadêmico, além da seleção de reportagens acerca do tema em questão. É possível afirmar, que grande parte dos jovens periféricos acabam sendo sociologicamente influenciados a inserção precoce no mercado de trabalho, em função da situação de extrema pobreza e falta de uma melhor perspectiva de trabalho adequadamente remunerado. Por obterem baixa escolaridade, oportunidades escassas, influência do narcotráfico e a sua subalternidade acabam acessando ocupações muitas vezes não formalizadas e com remuneração de baixo valor, contribuindo ainda mais para a sua situação subalterna.

Palavras-chave: Jovens periféricos. Mercado de trabalho formal. Inserção profissional.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
CAPÍTULO 1 – JOVENS PERIFÉRICOS: UMA REFLEXÃO.....	12
CAPÍTULO 2 – MERCADO DE TRABALHO FORMAL BRASILEIRO: PRINCIPAIS DIFICULDADES DE INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS JOVENS PERIFÉRICOS NO SÉCULO XXI.....	23
2.1 A SUBALTERNIDADE DA CLASSE TRABALHADORA: ANALISANDO A QUESTÃO DA JUVENTUDE PERIFÉRICA.....	26
2.2 A ESCOLARIZAÇÃO E A PRECARIIDADE DO TRABALHO.....	28
2.3 O NARCOTRÁFICO E A JUVENTUDE PERIFÉRICA.....	30
2.4 A PRECARIZAÇÃO JUVENIL TECNOLÓGICA: PLATAFORMIZAÇÃO DO TRABALHO.....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS.....	38

INTRODUÇÃO

O presente estudo analisa as principais dificuldades relativas à inserção dos jovens periféricos no mercado de trabalho formal brasileiro no século XXI. Portanto, a pesquisa tem centralidade nos jovens periféricos, os quais, em larga medida, não dispõem das garantias do trabalho estável, amparado pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Dessa forma, é importante ressaltar a noção de formalidade. Para Cruz e Garcia (2021, p. 80), no que diz respeito ao trabalho formal “[...] recorre-se ao conceito preconizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) de trabalho decente, que se refere ao trabalho que gera renda para o trabalhador e sua família, respeitando os direitos fundamentais e condições adequadas [...]”.

Vale ressaltar, que os referidos jovens acabam se submetendo a más condições de trabalho e salários baixíssimos, buscando de certa maneira escapar da pobreza e, em certas circunstâncias, da miséria.

Compreende-se que este tema é de extrema relevância, para entender as condições destes jovens e estimular um olhar mais sensível da sociedade e do Estado, o que poderia por sua vez, melhorar extremamente a qualidade de vida nas periferias, as quais foram sendo deixadas de lado no processo de urbanização, crescente e desordenado das regiões metropolitanas como a do Rio de Janeiro.

Isto porque, não por coincidência, os jovens periféricos são atingidos fortemente pelos efeitos do capitalismo contemporâneo, tendo que se submeter, não raro, a trabalhos extremamente precários. E segundo Parenza (2008), tal situação:

está diretamente relacionada ao aumento do assalariamento sem carteira assinada, do trabalho autônomo e do informal, da redução e/ ou ausência de direitos trabalhistas, bem como de suas respectivas implicações na jornada de trabalho e no tempo de permanência no trabalho, nos rendimentos do trabalhador, na possibilidade de acesso aos mecanismos de proteção social e nas condições de trabalho às quais são submetidos cotidianamente os trabalhadores (PARENZA, 2008, p. 35).

Desta maneira, ao observarmos as periferias brasileiras, é possível perceber o grande descaso da sociedade e do Estado, podendo ser facilmente identificável, a razão dos jovens periféricos sofrerem ainda mais com a precarização do trabalho.

Para confirmar esta afirmação, podemos tomar como base, uma situação que ocorre com frequência, quando um jovem periférico, seja do sexo feminino ou masculino – desconsiderando, neste exemplo, todos os riscos que correm uma mulher, além de sua residência –, é entrevistado por ocasião de um processo seletivo para a uma vaga no mercado de trabalho, ele é automaticamente visto como “inferior”, em comparação, por exemplo, a um jovem de classe média da zona sul do município do Rio de Janeiro.

Assim, o fator sociocultural o afeta mesmo que não queira, resultando quase na imposição de aceitar qualquer tipo de trabalho, gerando muitas vezes, desânimo e sensação de incapacidade, portanto: “[...] as consequências de ausência de horizontes de futuro e oportunidades profissionais conduzem a sentimento de frustração, injustiça e rejeição social [...]” (MARQUES, 2020, p. 2).

Vale a pena, então, aprofundar a questão da inserção dos jovens periféricos no mercado formal brasileiro, a qual se deve a diversos fatores que contribuem para dificultar a sua inserção, revelando que o desemprego estrutural destes jovens também é funcional ao sistema capitalista contemporâneo, isto é, ao ultraliberalismo.

Cabe ressaltar, que como pontua Pais (1990), como grande parte dos jovens não conseguem ingressar no mercado de trabalho formal, acaba buscando formas de inserção no mercado informal. Estas formas incluem o envolvimento em atividades como narcotráfico, trabalho por aplicativo, empreendedorismo e trabalhos eventuais (como vendedor de balas no sinal, pintor de parede, vendedor de roupas, entre outras). Tais atividades informais são consideradas “práticas amenizadoras do não-assalariamento para subsistência de trabalhadores desempregados” (BARBOSA, 2007, p. 21).

Segundo o IBGE (2020), no Brasil, em 2019, a taxa média anual de desempregados foi de 11,9%, sendo que a taxa de jovens desempregados entre 18 e 24 anos foi de 23,8%, enquanto a porcentagem de ocupados representavam 28% da População Economicamente Ativa (PEA), acima de 15 (quinze) anos. Portanto, mediante estes dados cabe indagar: **“Por que os jovens precisam**

trabalhar?”; e, “E quais são os motivos dos jovens escolherem caminhos alternativos ao mercado formal de trabalho?”.

Para Alves (2001), as atividades informais não são simplesmente consideradas como sendo fora do sistema assalariado, mas são consideradas estratégias de sobrevivência. Estas atividades geralmente, se tornam o único meio de alcançar a subsistência devido à dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal.

E, esta é a realidade de muitos jovens periféricos que desejam ser trabalhadores inseridos no mercado formal, portanto, ansiando por serem assalariados de forma justa, com condições dignas de trabalho e sem o constante medo de não passarem por situações de insegurança alimentar (MALAGUTI, 2000).

Não obstante, a informalidade é uma estratégia de sobrevivência, diariamente utilizada por aqueles que são marginalizados pela sociedade, sendo uma maneira de enfrentar a pobreza ou até mesmo, a miséria.

Dessa forma, o conceito de informalidade segundo Mestre e outros colaboradores (2020):

[...] é em sua concepção, a associação às atividades de baixa produtividade e tecnologia, utilizadas como estratégia de sobrevivência da população mais pobre [...] a informalidade não estaria apenas associada [...] às estratégias de sobrevivência mas, sim, a novas e atípicas formas de contratação baseadas na flexibilização e desregulamentação do trabalho [...] (MESTRE et al., 2020, p. 3).

Neste sentido, discutir o contexto dos motivos da não inserção profissional adequada para os jovens é fundamental para entender as condições destes jovens e estimular um olhar mais sensível da sociedade e do Estado, o que poderia por sua vez, melhorar extremamente a qualidade de vida nas periferias, as quais foram sendo deixadas de lado no processo de urbanização, crescente e desordenado das regiões metropolitanas como a do Rio de Janeiro.

Para tanto, se pretendeu apresentar a temática de forma clara e coesa para que as pessoas residentes nas periferias se sintam contempladas e possam compreender, a partir das lentes sociológicas, os fatores que tornam os seus territórios e as suas vidas vulnerabilizadas. Até porque,

possuem o seu “lugar de fala”, inclusive, para lutar politicamente pela sua inserção no mercado de trabalho formal brasileiro.

Objetivou-se, de forma geral, analisar as principais dificuldades relativas à inserção dos jovens periféricos no mercado de trabalho formal brasileiro no século XXI. E, mais especificamente, discutir os principais aspectos ligados às diferentes condições de vida juvenil e investigar a relação que os jovens periféricos estabelecem com o território em que reside, levando em consideração os aspectos socioculturais e econômicos; e, problematizar o contexto do ultraliberalismo e os principais fatores socioeconômicos que contribuem para a flexibilização dos direitos sociais e intensificação da exploração da classe trabalhadora.

Do ponto de vista metodológico foi adotada a abordagem qualitativa, tendo como objetivo geral, analisar as principais dificuldades relativas à inserção do jovem periférico no mercado de trabalho formal brasileiro, bem como por se tratar de uma proposta no campo das Ciências Sociais. E, para contemplar mais especificamente a dimensão quantitativa do estudo foi necessário o levantamento bibliográfico e documental nas bases de dados SciELO e Google Acadêmico, além de dados e informações produzidos por instituições reconhecidas, tais como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Esta monografia está estruturada da forma descrita a seguir. Na **Introdução**, é apresentada a discussão inicial do que trata o estudo; Na **Metodologia**, é identificada a proposta de coleta de análise de dados e informações; no **Capítulo 1 – Jovens Periféricos: Uma Reflexão**, é problematizada a questão dos jovens periféricos; no **Capítulo 2 – Mercado de Trabalho Formal Brasileiro: Principais Dificuldades de Inserção Profissional dos Jovens Periféricos no Século XXI**, são tratadas as principais dificuldades de inserção dos jovens em subtópicos, sendo eles: **2.1 A Subalternidade da Classe Trabalhadora: Analisando a Questão da Juventude Periférica**, demonstrando como a subalternidade afeta diretamente na vida subalterna; **2.2 A Escolarização e a Precariedade do Trabalho**, expondo como os níveis de escolarização influenciam na inserção profissional no mercado formal de trabalho; **2.4 O Narcotráfico e a Juventude Periférica**, mostrando o peso do narcotráfico na vida periférica; e **A Precarização Juvenil Tecnológica: Plataformização do Trabalho**, apresentando como o impacto da tecnologia é mais uma das formas de precarização no trabalho; em seguida, as **Considerações Finais**, quando se buscou

responder à questão norteadora: *“Por que os jovens precisam trabalhar?”*; e, *“E quais são os motivos dos jovens escolherem caminhos alternativos ao mercado formal de trabalho?”*, assim como são retomadas as questões centrais do trabalho; e por fim, segue o tópico – **Referências**, com a bibliografia utilizada.

CAPÍTULO 1 – JOVENS PERIFÉRICOS: UMA REFLEXÃO

A tese central é a de que, na Sociologia da Juventude, as suas subclassificações não são idênticas entre si, portanto possui diferentes formas de olhá-la como tal. Mas vamos, portanto, procurar compreendê-la, por um olhar sensível, e compreender, por fim, as diferentes formas de ser jovem no século XXI.

Entende-se ser necessário, iniciar este Capítulo com a abordagem acerca dos principais conceitos relativos aos termos – “adolescência” e “juventude”, com o objetivo de compreender a sua variação no campo da Sociologia, com vistas a esclarecer o uso frequente do termo “juventude” para indicar tanto adolescentes, quanto jovens.

Desta maneira, serão abordados os termos “juventude” e “adolescência” com o intuito de compreender sistematicamente, a diferença de cada um dos conceitos, em seus respectivos contextos sociológicos, além de facilitar o entendimento da razão do uso mais constante do termo “juventude”.

Cabe esclarecer, que a utilização dos conceitos teóricos supracitados se dará conjuntamente, mesmo entendendo-os, de formas distintas entre si, inclusive, no que diz respeito aos campos teóricos afins, tais como a Pedagogia e a Psicologia.

Portanto, ao avançar no aprofundamento do conceito de “juventudes”, é possível perceber como o jovem é enxergado. Quando políticas públicas específicas para os jovens foram criadas, houve uma necessidade de compreender as particularidades subjetivas, de classe e gênero (MOREIRA et al., 2012).

Portanto, é compreensível que existem inúmeras maneiras de ser jovem no Brasil no século XXI e que, a sua vivência seja diferenciada, diante das determinações sociais que os atravessam (KRAUSKOPF, 2004).

Por este motivo, serão consideradas todas as formas de ser jovem, pois se entende que este posicionamento capta de forma mais eficaz, as diversas manifestações do modo de estar e ser no mundo das juventudes, o que contribui para a formação da sociedade contemporânea.

Deste modo, Marques (2020) alerta que:

Os jovens são, simultaneamente, uma parte diferenciada e integrante da sociedade, e não apenas receptores passivos de normas e modelos socioculturais dela. Eles fazem parte do movimento de mudança social ao proporem diferentes esquemas de percepção e interpretação dos seus cotidianos (MARQUES, 2020, p. 2).

E, embora o conceito de juventude seja utilizado no amplo campo das Ciências Humanas, serão compreendidas com centralidade neste estudo, as diferentes formas juvenis no âmbito do setor socioeconômico. Para tanto, é necessário ter clara a ideia, de que existem iniquidades na disputa do mercado de trabalho formal, ou seja, nem todo jovem possui privilégios que o facilitem na inserção no mercado de trabalho brasileiro no século XXI.

Com efeito, é possível afirmar que, no âmbito do termo “juventude” se considera a faixa etária de cada jovem, levando em conta os processos históricos e compreendendo o jovem em relação à sociedade e ao local onde reside.

Aprofundando a discussão de Abramo (1994), é possível constatar que dentro da mesma sociedade existem jovens com condições de vida totalmente distintas, o que desperta academicamente o interesse em compreender estes contextos diversos.

De forma geral, os estudiosos da área têm buscado abordar as temáticas relacionadas às classes sociais, aspectos socioeconômicos e locais de moradia dos jovens, no que diz respeito aos fatores que facilitam ou dificultam o seu ingresso no mercado de trabalho formal.

Notoriamente, no Brasil os jovens residentes nos subúrbios, favelas e periferias, não possuem as mesmas oportunidades de inserção profissional em comparação aos jovens das áreas centrais e consideradas nobres, o que ressalta a importância de compreender os jovens de forma vinculada ao seu contexto socioeconômico. Segundo Minayo (2011):

Por isso, sempre será diferente a condição juvenil de quem nasce em uma família abastada com acesso a todos os benefícios da globalização econômica, social, educacional e cultural, e a de um jovem pobre de periferia cujos resultantes da globalização são, quase sempre,

maiores dificuldades de inserção na sociedade no âmbito tanto dos direitos fundamentais como no de consumo (MINAYO, 2011, p. 19-20).

À medida que as peculiaridades de cada segmento populacional juvenil são percebidas, surgem sujeitos que são historicamente e socialmente determinados. Portanto, o conceito de “juventude” abrange indivíduos que não têm apenas uma faixa etária própria e universal, mas também compreende que os jovens são influenciados por determinações sociais.

Não obstante, a juventude do século XXI no Brasil pode ser compreendida em articulação com a ideia de “moratória social”. Para tanto, Minayo (2011) explica o seu significado:

[...] diz respeito à ideia de prolongamento da juventude até os 30 anos ou depois, seja porque é preciso que os jovens se preparem mais e melhor para atender às mudanças tecnológicas no modo de produção, seja porque o mercado de trabalho já não tem disponibilidade de empregos para integrá-los; seja porque os empregos existentes não mais, necessariamente, os gratificam nem produzem identidades positivas (MINAYO, 2011, p. 26).

Com efeito, com esse prolongamento na noção de juventude, se estabelece a diferenciação de condições juvenis e como estão inteiramente ligadas às desigualdades sociais no país. Para Silva e Lopes (2009):

A concepção da juventude como uma fase de transição pode ser compreendida em relação à trajetória biográfica, que vai da infância à vida adulta, e a transição considerada como processo (de reprodução social) quando as trajetórias dos jovens são reflexos das estruturas e dos processos sociais. Essa compreensão aborda as questões sociais e históricas para definir e compreender a juventude como categoria social [...] (SILVA e LOPES, 2009, p. 91-92).

Por sua vez, a noção de “adolescência” é distinta da noção de juventude como abordado anteriormente. O termo adolescência considera o indivíduo subjetivamente, compreendendo apenas o julgamento particular de cada adolescente, mediante a sua experiência pessoal nesta fase.

Como afirmam Coimbra e outros colaboradores (2005), a noção de adolescência como uma etapa de desenvolvimento obrigatória de cada indivíduo, acaba por rotular características específicas nesse período, assim: “[...] a adolescência surge como um objeto exacerbado por uma série de atributos psicologizantes e mesmo biologizantes” (COIMBRA et al., 2005, p. 4).

Neste sentido, a adolescência pode ser entendida por possuir características psicológicas (impulsividade, timidez, melancolia etc.) e, biológicas (puberdade, crescimento, amadurecimento etc.), próprias dessa fase existencial.

Como disserta Schoen-Ferreira e outros colaboradores (2010), o conceito que hoje está estruturado a respeito da adolescência foi construído durante todo o processo de evolução dos países ocidentais, no qual a adolescência se submete a um processo histórico e cultural.

Portanto, a referida fase existencial é considerada semelhante em todos os países ocidentais, mas para Serra (1997, p. 29): “há diversos mundos e diversas formas de ser adolescente”. Isto posto, é possível afirmar com base em Travassos e Ceccarelli (2016) que, por exemplo, sociedades indígenas do Pará e Amapá, não possuem o mesmo processo de adolescência como no Ocidente.

Deste modo, a mudança da infância para a vida adulta se dá, sem a fase da adolescência, sendo marcada por rituais de passagem.

Cabe frisar, que para os povos originários e tradicionais não existe a fase da adolescência, o que do ponto de vista sociocultural não etnocêntrico, contrapõe o conceito de juventude ao de adolescência, conforme discutido anteriormente.

Sendo assim, o presente estudo tem o seu olhar voltado para os jovens considerados ocidentais, os quais estão vinculados diretamente a um sentido de urgência social quanto à sua integração plena na sociedade contemporânea, como pontuado por Freitas (2005, p. 8): “[...] os problemas vividos ou representados pelos jovens, basicamente relacionados às dificuldades de inserção e integração social numa conjuntura marcada pela extensão dos fenômenos de exclusão [...]”.

De todo modo, Abramo (1994) alerta que:

No entanto, a noção de juventude é socialmente variável. A definição do tempo de duração, dos conteúdos e significados sociais desses processos se modificam de sociedade para sociedade e, na mesma sociedade, ao longo do tempo e através de suas divisões internas (ABRAMO, 1994, p. 1).

Entende-se que, a juventude e a adolescência são temáticas relevantes, a partir do momento que “serão retratadas e interpretadas suas formas de ser e estar no mundo, oferece parâmetros para a sociedade na organização, [...] bem como influencia a maneira como são vistos os direitos e deveres de adolescentes e jovens” (SILVA e LOPES, 2009, p. 91-92).

Como afirmado anteriormente, o conceito de juventude se confunde muitas vezes com o de adolescência, tendo contado com uma variação de compreensões históricas. De acordo com Groppo (2010), há dois conceitos principais na análise sociológica da juventude, bem como da rebeldia juvenil.

Segundo Groppo (op. cit.), o primeiro, funcionalista, as rebeldias juvenis são (e eram) consideradas características “problemáticas” da juventude, o que é sustentado na etimologia citada por Matheus (2007), na qual a adolescência vem do latim *adolescere*, que significa crescer, mas, no entanto, guarda referência também com *addolescere*, que por sua vez, significa adoecer.

Esta dupla origem etimológica de adolescência remete à profundidade da vivência e da “crise” que define a adolescência no mundo ocidental. Já no segundo, surge o modelo da “moratória social”, no qual se consideram as rebeldias juvenis como um encorajamento à transformação social e como ferramenta para o racionalismo, como defende Erikson (1976), para o qual, a adolescência é marcada por uma “moratória psicossocial”, isto é, caracterizada por experiências de posicionamento social e crítico.

A partir do século XX, mais interpretações da juventude são elaboradas, antes o que era adolescência se transforma em juventude. As Ciências Sociais vêm abandonando a noção de “adolescência”, utilizando frequentemente o conceito de “juventudes”, no qual, o plural vem servindo para indicar que não se trata de uma fase normativa do ciclo vital, nem psicológica e biologicamente determinada (RIBEIRO et al., 2016).

Com o conceito de juventude mais amplo, Krauskopf (2004) demonstra a diversidade dos modos de juventudes, e a de vivência diversificada de cada uma delas, correlacionando a diversidade não apenas à cultura, mas também às dificuldades atreladas com as desigualdades culturais, econômicas e sociais (GROPPO, 2010).

De forma geral, na Sociologia, a juventude possui a sua própria definição, considerando que está sujeita a mudanças, como foi analisado pelos estudiosos citados anteriormente. Segundo Pais (1990), a Sociologia da Juventude possui duas tendências distintas. Na primeira, a juventude é constituída como um ciclo vital, predominando a caracterização uniforme desta fase da vida, considerando-a uma concepção definida em uma faixa etária. Então, a faixa etária neste momento, é considerada como um “número bruto”, desconsiderada a peculiaridade e complexidade dos jovens e sua moratória social.

Não obstante, no Brasil, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o qual começou a vigorar em 1990 em substituição ao Código de Menor, a adolescência se dá dos 12 aos 18 anos (a primeira etapa da adolescência), considerando a formação da sua maturidade legal. Já para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015) e Organização Mundial da Saúde (OPAS, 2018), a faixa etária do jovem vai de 15 aos 24 anos (segunda etapa da adolescência e entrada na juventude).

A partir do século XX, mediante este conflito conceitual e legal, surgiu a necessidade de definir os adolescentes em relação às suas condições juvenis, sendo que também há divergência entre os estudiosos da temática, ou seja, parte considera a juventude após a adolescência, dos 19 aos 29 anos, e a outra considera a juventude entre 15 e 29 anos.

Além disso, o Estatuto da Juventude (EJ), aprovado no Brasil em 2013, considera jovens, os indivíduos entre 15 e 29 anos. Por sua vez, no Censo de 2010, produzido pelo IBGE, os jovens foram considerados aqueles que tinham entre 18 e 29 anos, resultando em 8.739,04 jovens nesta faixa etária.

Voltando a Pais (1990), a segunda tendência entende a juventude como uma fase atrelada à construção de um conjunto social diversificado entre si, considerando o surgimento de diferentes culturas juvenis, em consequência da constituição das classes sociais, situação socioeconômica, interesses diversos, possibilidades de inserção no mercado de trabalho etc.

Assim, nesta segunda tendência, começa subliminarmente a situar o jovem mais bem caracterizado sociologicamente, na faixa etária entre 15 e 29 anos, o que se interliga com o pensamento de Groppo (2010), no qual a juventude é uma construção própria do jovem, uma passagem para se descobrir, não sendo mais uma passagem para a vida adulta, mas uma trajetória de diversidade sociocultural e de identidade própria.

No século XXI, assim como Groppo (op. cit.), é possível refletir sobre o conceito de juventude na contemporaneidade como postula Santos (2021):

Permite apreender o conceito por um desenvolvimento dialético entre a institucionalização das juventudes e a possibilidade de sua autonomia, ainda quando é reprimida, contida ou absorvida pela estrutura social. Assim, pode-se reconhecer que há uma contradição entre sociedade e juventude, já que as trajetórias dos jovens oscilam em paradoxos típicos da idade, tais como defendido por Groppo (2010), integração x adaptação, ou ainda, papéis sociais x identidades, entre outros. Esses movimentos, segundo o autor, revelam a ação dos jovens em seus protagonismos e criação de identidades diversas e diferenciadas resistências (SANTOS, 2021, [s/p]).

Diante disto, a condição do jovem, ou melhor, as condições juvenis se constituem pela relação “Juventude X Sociedade”, cabendo aos jovens utilizarem os elementos sociais e culturais disponíveis para se desenvolver (GROPPO, op. cit.).

Tendo como referência o que foi discutido até aqui, é imprescindível destacar a relevância da juventude periférica, uma vez que, como apontado Gomes e Moraes (2016), “esse segmento populacional enfrenta muitas barreiras sociais e econômicas”.

Nesse sentido, seguindo a linha de pensamento de Groppo (op. cit.), é fundamental reconhecer as barreiras associadas a esses jovens favelizados tais como raça/cor, classe, gênero (interseccionalidade) e nível de escolaridade. Além disso, como utilizam os recursos disponíveis em seu contexto para buscar o seu próprio desenvolvimento.

Com efeito, mesmo sendo desprovidos de diversos recursos, ainda assim buscam enfrentar as dificuldades, como por exemplo, muitos jovens que hoje trabalham formalmente, precisam

driblar o engarrafamento no trânsito, o trem quebrado e a violência urbana, antes mesmo de chegarem ao trabalho, pois o tempo do trajeto até o trabalho é extremamente longo e desgastante.

Ao direcionarmos nosso olhar para as periferias brasileiras, se torna evidente a precariedade do acesso aos bens básicos e a violação dos direitos deste jovem como cidadão. Vale ressaltar, o que conta no Art. 196 da Constituição Federal de 1988: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação”.

Esta realidade intensifica situações de vulnerabilidade entre os residentes destas regiões, revelando uma acentuada condição de pobreza, caracterizada pela escassez ou até mesmo ausência de recursos materiais e sociais. Desta forma, a precariedade do acesso aos bens básicos nas periferias brasileiras contribui para perpetuar as condições de pobreza e desigualdade social, “Apesar da dificuldade [...], a favela também é espaço fértil que nutre sentimentos de pertencimento, solidariedade e resistência em seus moradores.” (DANTAS e MICHELI, 2021, p. 2769).

Conforme nos aproximamos de relatos acerca da vivência destes jovens, percebemos que existem inúmeros subúrbios e diversas maneiras de ser jovem. Sendo assim, quando observamos a forma como a vulnerabilidade socioeconômica está ligada à vida de cada um desses jovens, ficando evidente a diversidade de estratégias que empregam para lidar com a pobreza e a falta de recursos. Tal habilidade social é o que os entrelaçam, fazendo com que acabem se identificando entre si.

Nessa trajetória, é possível observar a resiliência como um elemento fundamental. Mesmo que a dimensão dos periféricos é frequentemente associada " [...] às imagens que reforçam a favela como lugar da carência, do insalubre, espaço a ser preenchido pelos sentimentos humanitários, do perigo a ser erradicado [...]" (DANTAS e MICHELI, op. cit., p. 2770).

Dessa forma, mesmo que aparente ser um mundo utópico na mente do favelizado é importante mostrar que essa forma de observar o mundo não é apenas uma maneira de “enfeitá-lo”, mas enfatizar como esse grupo orgânico se move perante a tantas barreiras que visa impossibilitar que se veja além dos muros sociais.

Muitas vezes, por ser um jovem preto favelizado, se acredita que não possui o direito de “sonhar mais alto”. Portanto, se entende que é importante enfatizar que a potência periférica é tão relevante, quanto demonstrar o significado dela, para que possamos, sobretudo, aumentar o número de jovens pretos periféricos e sonhadores.

Visto isto, é interessante se deter, em certa medida, no debate acerca do que significa ser “jovem periférico”, o que remete inicialmente à que a sociedade impõe, ou seja, morador de área insalubre com obras governamentais inacabadas, “indivíduo perigoso”, “sem estudo” e “marginalizado”.

Como exposto por Edson e Jesus (2021):

Nas cidades brasileiras, [...] a periferia é produto do distanciamento, da exclusão, da segregação. No mapa urbano do Brasil, é traçada pelo Estado, [...] uma espécie de linha: tênue o suficiente para se tornar invisível aos olhos de todos, inclusive de quem se encontra nesses locais; e, em contrapartida, forte o bastante para limitar a efetividade de políticas sociais [...] Noutras palavras, reforçam-se as desigualdades, ao mesmo tempo em que elas são naturalizadas (EDSON e JESUS, 2021, p. 59).

Para provocar uma desconstrução de estereótipos, a reflexão será iniciada pelo “conceito cru” de “jovens periféricos”. Com efeito, como postulam Oliveira e Oliveira (2019, p. 42): “[...] é, antes de tudo, um construto simbólico, uma marcação de posição de sujeitos que se encontram em áreas urbanas caracterizadas pelo estigma e pela segregação social. [...]”.

Portanto, a análise em questão passa pelo entendimento das condições de vida nos territórios dos jovens periféricos, com as suas respectivas manifestações culturais, sociais e políticas, tais como acesso à saúde, saneamento básico e emprego. Assim, não há uma única forma de conceber a periferia, se devendo evitar circunscrevê-la a uma imagem única de ausência ou de pobreza (TAKEITI e VICENTIN, 2019).

Não obstante, é importante compreender que estes jovens não se limitam a ser meros espectadores passivos de sua realidade, mas sim agentes ativos que buscam alternativas e estratégias para enfrentar os desafios que lhes são impostos. Neste sentido, é necessário olhar para

os recursos e potencialidades presentes nos contextos periféricos, e como esses elementos, como expressões culturais, habilidades empreendedoras e resiliência, podem ser mobilizados pelos jovens periféricos como estratégias de resistência e superação, contribuindo para o seu desenvolvimento individual e coletivo.

Portanto, Dantas e Micheli (2021) ressalta que:

[...] Para isso, existe a urgência em reconhecer a potência de vida que circula entre as ruas e vielas das favelas, sem desconsiderar ou subestimar os efeitos deletérios provocados pela desigualdade, vulnerabilidade social, pobreza e violência que também existem, mas é na potência que as possibilidades de transformação se encontram (DANTAS e MICHELI, 2021, p. 2769).

Assim, a potência periférica pode ser compreendida com a capacidade de enfrentar adversidades, superar obstáculos e se adaptar diante de situações desfavoráveis. Neste contexto, a resiliência se manifesta por meio de diferentes ações e atitudes que visam à superação das dificuldades impostas pelo ambiente em que vivem.

Estes jovens utilizam estratégias criativas e empreendedoras para buscar alternativas de renda e subsistência, encontrando oportunidades nos pequenos negócios informais, e no empreendedorismo.

Vale ressaltar, que há diversas maneiras de conceituar a palavra “periferia”, sendo que neste trabalho, o conceito será estruturado mediante o próprio olhar da juventude favelizada, já que dentro deste “organismo vivo”, há um jeito próprio de olhar o mundo.

A compreensão do conceito abrangente de potência periférica apresenta desafios para aqueles que não residem em periferias. Para os residentes, no entanto, a periferia é muito mais do que um local físico, é sua “quebrada” (termo usado pelos próprios moradores), um lugar repleto de simbolismo representativo, um “organismo vivo”. É importante ressaltar que, esta definição popular originada do “jargão periférico” é fundamental para compreender a periferia de maneira autêntica, em contraste com a predefinição pejorativa que é muitas vezes atribuída a ela por aqueles que não vivenciam esta realidade.

Ao nos aproximarmos da experiência dos jovens periféricos, fica evidente como encontram maneiras de enfrentar a pobreza e a escassez de recursos, revelando uma resiliência admirável. Esta resiliência é resultado de sua capacidade de adaptação, criatividade e determinação em construir um futuro mais digno e promissor.

CAPÍTULO 2 – MERCADO DE TRABALHO FORMAL BRASILEIRO: PRINCIPAIS DIFICULDADES DE INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS JOVENS PERIFÉRICOS NO SÉCULO XXI

Com o objetivo de compreender a atual realidade de pertencer a classe trabalhadora na contemporaneidade, é indispensável adotar uma concepção ampliada de trabalho. A abordagem abrangente do trabalho vai além da compreensão restrita de atividades laborais realizadas somente em troca de salário ou remuneração. Ela engloba uma diversidade de atividades humanas que contribuem para a reprodução social, a produção de bens e serviços. Portanto, “Ela incorpora tanto o núcleo central do proletariado industrial, “[...] como abrange também os trabalhadores improdutivos, cujo trabalhos não criam diretamente mais-valia [...]” (ANTUNES e ALVES, 2004).

Desde a reorganização política, econômica e social da era moderna, principalmente a partir do século XX, o trabalho tem desempenhado um papel importante na formação da identidade de uma pessoa, servindo de alicerce tanto para a sociedade quanto para o indivíduo (BORGES e YAMAMOTO, 2014).

Essa dualidade inerente ao trabalho reflete a sua ambivalência em nossa sociedade. Por uma perspectiva, o trabalho pode oferecer aos indivíduos um sentido de propósito, realização pessoal e a contribuição para o seu desenvolvimento econômico e conseqüentemente o social. Sob outra perspectiva totalmente oposta, a forma como o trabalho é gerenciado, pode levar os trabalhadores a diferentes contextos, como à exploração, à perda de autonomia e ao distanciamento das atividades laborais.

O trabalho de muitos jovens periféricos é delineado nesse contexto paradoxal, uma vez que eles frequentemente não possuem um emprego formal e regular. Desse modo, mesmo nas suas atividades geralmente precarizadas conseguem encontrar um espaço de pertencimento social (ROSA et al., 2017).

Para Corrochano e outros colaboradores (2008), nas sociedades contemporâneas, as desigualdades e a precarização estão inerentemente conectadas aos processos de trabalho e renda.

Em razão disso, é relevante pontuar a dessemelhança entre os termos igualdade e equidade. Em primeiro plano, igualdade é estruturada na ideia de universalidade, isto é, todos os cidadãos

devem ser contemplados com as mesmas regras e direitos; em contrapartida, equidade se refere à ideia de “distribuição de ajuste”, ou seja, os cidadãos são reconhecidos e observados dentro da sua diversidade (raça, gênero, classe etc.), fazendo com que o acesso aos direitos se dê de forma equilibrada (justiça social).

Portanto, é visível que o mundo do trabalho é perpassado por um processo contínuo e gradual de desemprego e precarização, o que afeta diretamente e desproporcionalmente, a classe que sofre com essa não distribuição direitos, dentre ela, um de suas parcelas mais sensíveis, a juventude preta e periférica.

As transformações econômicas têm impactado demasiadamente a estrutura do trabalho, prejudicando também os jovens periféricos a acessarem oportunidades trabalhistas. Consequentemente, muitos jovens se veem obrigados a recorrer a formas super precárias de trabalho, sendo elas: o subemprego; atividades informais; empregos temporários; “bicos” ou até o narcotráfico¹.

Ao trabalharem com atividades consideradas desvalorizadas para a sociedade capitalista, os jovens periféricos acabam não sendo reconhecidos nem no seu trabalho e muito menos como cidadãos que possuem uma identidade (SPIVAK, 2010).

Neste contexto está a alta flexibilização dos direitos trabalhistas, em correspondência ao crescimento do capital financeiro. Isto tudo se dá por conta da contínua reestruturação produtiva do capital, no âmbito do (ultra)neoliberalismo, sendo que este processo acaba promovendo mudanças significativas nas esferas laborais (ANTUNES, 2009).

Em face a esses fenômenos, os jovens periféricos se apresentam como um grupo social ainda mais vulnerável, ou seja, há uma produção em massa de sujeitos descartáveis (ALMEIDA PRADO et al., 2020).

Sem dúvida, o processo capitalista de produção pressupõe a existência do trabalhador que se encontra despossuído dos meios de vida necessários para sua própria reprodução, sendo assim, ele é forçado a vender sua capacidade de trabalho como meio de subsistência, “contribuindo, assim,

¹ Esta questão será mais desenvolvida no Subcapítulo 2.3.

para o crescimento excessivo do exército industrial de reserva” (ALMEIDA PRADO et al., 2020, p. 713). Em concordância com Almeida Prado et al. (2020), Antunes (2013) pontua que:

A condição de desempregado e a ameaça permanente da perda do emprego têm constituído uma eficiente estratégia de dominação no âmbito do trabalho. O isolamento e a perda de enraizamento, inserção, vínculos e perspectivas de identidade coletiva, decorrentes da descartabilidade, da desvalorização e da exclusão (ANTUNES, 2013, p. 64).

Assim, o proletariado hoje, além de reconhecer a mercantilização do trabalho, precisa se ajustar com a perspectiva neoliberal, tornando-se um novo sujeito contemporâneo, moldado por características modernas, flexíveis e fluidas. Esse sujeito é exigido a se adaptar e responder à lógica do mercado de trabalho (DARDOT e LAVAL, 2016).

Sob essa perspectiva, os indivíduos se encontram também, sujeitos a situações extremas de flexibilização de sua identidade, e esse processo se dá muitas vezes por serem marcados pela vulnerabilidade social. Com efeito, Moraes et al. (2012), postulam que:

Por vulnerabilidade social entende-se o resultado negativo da relação entre disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais oriundas do Estado, do mercado e da sociedade (MORAIS et al., 2012, p. 119).

Vale destacar, que acaba por ser mascarado por um discurso que promove uma falsa liberdade e poder de escolha. Esta concepção coloca o indivíduo como o único responsável por sua própria trajetória de vida, sugerindo que o seu fracasso ou sucesso é uma consequência única de suas ações e escolhas individuais. No entanto, Almeida Prado et al. (2020) ressaltam que:

O novo sujeito neoliberal aparece como um tipo ideal a ser considerado, mas dificilmente alcançado, sobretudo, para as juventudes que estão submetidas aos processos de exclusão e desigualdades, considerando inclusive suas

interseccionalidades (ALMEIDA PRADO et al., 2020, p. 715).

Desta forma, entender essa relação do trabalhador neoliberal e o mercado de trabalho é fundamental para uma análise crítica das consequências sociais e psicológicas que esse modelo socioeconômico influencia na vida do trabalhador.

Portanto, identificar os fatores que impactam essa relação é compreender a sua complexidade e a crescente diversidade da classe trabalhadora no contexto do capitalismo contemporâneo.

2.1 A SUBALTERNIDADE DA CLASSE TRABALHADORA: ANALISANDO A QUESTÃO DA JUVENTUDE PERIFÉRICA

Antes de desenvolver este subcapítulo, é preciso compreender a noção ligada ao termo “subalternidade”. Para Spivak (2010, p. 12), o indivíduo subalterno é aquele pertencente “[...] às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante”.

Com efeito, a subalternidade para juventude periférica, é caracterizada pela exploração e a não disponibilidade dos meios necessários para alcançar uma boa qualidade de vida, quando compreendida a formação das comunidades do Brasil², percebe-se a natureza da subalternidade, o vínculo obstinado entre os grupos dominantes e subordinados.

E como essa hierarquia de poder frequentemente reforça o alicerce da exploração da classe trabalhadora, e conseqüentemente os jovens periféricos que querem entrar no mercado de trabalho formal brasileiro, mas acabam sendo suprimidos a trabalhos informais por meio da desigualdade.

² As favelas tiveram origem no Brasil durante a abolição da escravatura, quando muitos ex-escravos, passaram a ocupar as áreas mais afastadas das cidades em decorrência do preconceito racial e das realidades econômicas em que viviam. Contudo, esse processo de formação ficou ainda mais acelerado quando o processo de urbanização surgiu no século XX, quando a automatização do campo e a industrialização do país reforçaram o êxodo rural, movimento este do campo para a cidade, aumentando assim o número de pessoas nas grandes cidades (QUEIROZ FILHO, 2011).

Outro conceito importante que “anda de mãos dadas” com a subalternidade é a vulnerabilidade social, conceito este referente ao conjunto de recursos que afetam negativamente o desempenho e a mobilidade social dos jovens periféricos. Apesar das dificuldades enfrentadas diariamente pelos jovens periféricos, acredita-se que eles têm um potencial significativo, sendo considerados atores ativos de suas realidades, que batalham diariamente para o seu crescimento em uma variedade enorme de situações sociais (SILVA et al., 2020).

Dessa forma, no trabalho os impactos da subalternidade encontram-se evidentes, isso se deve os processos incessantes do novo mercado de trabalho e às suas mudanças produtivas, que movem os jovens periféricos a enfrentar problemas relativos à instabilidade de emprego, condições insalubres, informalidade do trabalho e o desemprego (ANTUNES, 2009).

As manifestações de vulnerabilidade social entre os jovens periféricos revelam a representação da posição subalterna das classes trabalhadoras no contexto do neoliberalismo. Como efeito, os jovens em situação de vulnerabilidade social continuam enfrentando o estigma social resultante da criminalização da pobreza (BONALUME e JACINTO, 2019).

Esse estigma social criado historicamente pela sociedade, tem enormes implicações para a existência de numerosos grupos subalternos, cujo impacto é considerável e prejudicial quando nos concentramos nas condições de jovens vulneráveis. Sem ignorar a importância de analisar os diversos elementos que podem compor situações de vulnerabilidade juvenil, como o desemprego e exposição ao narcotráfico e, a triste jogada ininterrupta do capital, o exército industrial de reserva - carentes de perspectivas sociais e econômicas na sociedade capitalista (GROPPO, 2010).

Esta exclusão prevalece e revela-se em preocupações como o abandono escolar e a menor empregabilidade dos jovens periféricos. Essas características preocupantes são agravadas pela precariedade estrutural do trabalho e como esse efeito impacta diretamente na situação de desemprego enfrentada por esse segmento específico da juventude.

A limitação de oportunidades aparece como um aspecto crítico neste cenário. Devido à falta de opções, esses jovens são forçados a escolher entre aceitar as condições precárias que lhes são oferecidas ou arriscar sua subsistência. Com isso, o ciclo de limites e aceitação reforça a vulnerabilidade social juvenil subalterna, fortalecendo as desigualdades já existentes.

Como exposto por Silva et al. (2020):

[...] Assim, aquela parcela da população mais vulnerável fica à mercê das flutuações do mercado, sofrendo mais imediatamente com ela. A tendência é o jovem vulnerável aceitar com maior facilidade as condições precárias de trabalho e de vida como saídas inseguras para a busca de sua sobrevivência, por falta de outras opções. Nesse caso, vê-se a restrição de oportunidades, como condição objetiva para a piora do quadro de vulnerabilidade social juvenil (SILVA et al., 2020, p. 7).

Desta maneira, o processo de vulnerabilidade mantém a posição inativa das classes subalternas, que, por sua incapacidade de mudar a situação de opressão, veem-se gradativamente despojadas das leis de trabalho não precarizadas. Sendo assim, é fundamental o conhecimento de mecanismos que perpetuam a subalternidade com voz ativa, para o aumento da autonomia e o empoderamento das comunidades subalternas.

Por esta razão, é indispensável que políticas públicas e métodos de inclusão sejam implementados para quebrar o ciclo da vulnerabilidade da classe subalterna.

2.2 A ESCOLARIZAÇÃO E A PRECARIEDADE DO TRABALHO

De acordo com os dados do IBGE, no Brasil, no ano 2021, aproximadamente 25,2% dos jovens do sexo masculino, entre 15 e 29 anos, estavam somente estudando, 11,3% estudavam e trabalham; 44,6% somente trabalhavam; e, 18,9% são classificados como nem-nem (nem estudavam e nem trabalhavam).

Para os jovens na faixa de 15 a 29 anos do sexo feminino, estas mesmas considerações ficavam em: 28,1% (só estudam); 10,4% (estudam e trabalham); 28,7% (só trabalham); e, 32,9% (não estudam e nem trabalham). De certa forma, pode-se associar que investir na escolarização e adiar a entrada no mercado de trabalho não é uma “escolha” igual para todos.

Quando observados os dados de uma forma mais sociológica, mais especificamente no campo da Sociologia Juvenil, destaca-se como o local de moradia pode explicar a movimentação entre escola e mercado de trabalho, por parte dos jovens periféricos, demonstrando como as

variáveis ligadas à moradia familiar tendem a ser norteadoras das possíveis decisões dos jovens oriundos dos subúrbios periféricos, isto é, o abandono dos estudos e/ou a inserção precoce no mercado laboral (SALATA, 2010).

São reconhecidas e levadas em consideração todas as variáveis que atravessam os jovens periféricos ao abandono escolar ou na continuidade dos estudos, porém para efeito de síntese, será destacado apenas como o nível de escolarização dos pais está atrelado ao desempenho dos filhos no meio escolar e, conseqüentemente, a entrada ou não, no mercado de trabalho formal.

Assim, “[...] Devido à realidade sócio-econômica presente, os pais vêm se distanciando cada vez mais do papel de educar seus filhos, reduzindo significativamente a idade que vão para a escola [...]” (SOBRINHO, 2007, p. 29).

A escolaridade dos pais está diretamente ligada ao nível médio de escolaridade dos filhos, portanto, jovens provenientes de lares com histórico educacional mais elevado possuem um nível médio de escolaridade maior do que aqueles com pais menos escolarizados (REIS e RAMOS, 2011).

Por exemplo, jovens que não pertencem à classe subalterna e que são economicamente favorecidos, desfrutam de um ambiente doméstico totalmente diferente de jovens periféricos, pois são beneficiados com investimentos de apoio. Diferentemente dos jovens subalternos que não possuem apoio financeiro ou substancial, sendo assim, encarregados desde novos a entrarem no mercado de trabalho por não subjetivar o estudo como meio de ascensão social ou econômica (SALATA, 2010).

Assim, os trabalhadores periféricos que pertencem a famílias com menor nível de escolaridade e conseqüente a sua realidade de nível de escolaridade acabam sendo afetados pela desvalorização salarial e trabalhista, em comparação com os de famílias com maior escolaridade.

É inerente como a violência do Estado contra os jovens são colocadas desde muito cedo para serem encaradas, como postula Sobrinho (2007):

A violência simbólica expressa-se na imposição “legítima” e dissimulada, com a interiorização da cultura dominante, reproduzindo as diversas relações do mundo. O dominado não se opõe ao seu opressor, já que não se

percebe como vítima desse processo, ao contrário, o oprimido considera sua situação natural e inevitável (SANCHES, 2007, p. 29).

Portanto, incontestável como a figura do opressor é demonstrada também na estrutura educacional dos jovens valorizados e como esse impacto significativo sobre os graus de escolaridade alcançados pelos membros da família, bem como, em certa medida, nas “regalias” associadas à sua formação acadêmica. Desta forma, a estrutura educacional ativa nas relações parentais exerce papel vantajoso nos ganhos oriundos das atividades laborais, já que no jogo da economia academia, quem possui mais estudo é aquele que está apto a entrar no mercado de trabalho (REIS e RAMOS, 2011).

Isso ressalta que, ao afetar tanto a trajetória educacional quanto a formação profissional, essa “estrutura engessa” acaba criando uma relevância no estudo de políticas públicas voltadas a avanços de equidade educacional nas bases familiares, e não mais favorecendo a qualidade de educação parental, e conseqüentemente a mercantilização do estudo.

2.3 O NARCOTRÁFICO E A JUVENTUDE PERIFÉRICA

Devemos compreender como os jovens da periferia veem o tráfico de drogas antes de construir este subcapítulo. Para a juventude periférica o tráfico é visto como uma forma de trabalho. Em certos contextos, por sua vez, desempenha um papel funcional dentro do contexto capitalista neoliberal, que por meio dele terá acesso ao consumo e estabilidade longe da precariedade (SANTOS, 2018).

Nesse sentido, argumenta-se que o narcotráfico desempenha um papel problemático pois, embora seja ilegal e esteja ligado a muitos problemas, pode fornecer “empregos” e “oportunidades”, e até mesmo assumir algumas ações que o Estado não consegue executar adequadamente.

Vale ressaltar que mesmo desempenhando um papel de “oportunidade” para o jovem favelizado não muda o fato de estar entrelaçado diariamente com a ilegalidade, mas é importante

salientar que mesmo que seja ilegal para cada um desses jovens que exercem esse papel no narcotráfico e mais um dia que ele foge da pobreza extrema.

Além disso, a falta de oportunidades trabalhistas para os jovens carrega um papel significativo na sua vulnerabilidade. A falta de empregos formais, leva os jovens periféricos a procurarem alternativas para se sustentar. Infelizmente, em alguns casos, o jovem favelizado corre pelo caminho mais aparentemente acessível, o envolvimento em atividades criminosas, como o narcotráfico (SANTOS, 2018).

Portanto, independentemente de o narcotráfico ser, infelizmente, uma “porta de saída”, isto não quer dizer que se esteja condicionado a ser um criminoso, mas é de extrema importância refletir que realmente muitos jovens optam por este caminho, por ser o considerado “mais rápido” para ser inserido no “mercado de trabalho”.

A premente necessidade de contribuir para o orçamento familiar é outro fator importante. Os jovens periféricos, muitas das vezes, são pressionados a procurar por emprego cedo demais para ajudar a complementar a renda familiar. Devido à sua situação econômica, acabam tendo que procurar alternativas para a obtenção rápida de alguma remuneração, mesmo que possa envolver atividades ilegais, pois o narcotráfico é visto como uma oportunidade de ganho financeiro *express* e ascensão socioeconômica (FARIA, 2009).

No entanto, é importante ressaltar que esta perspectiva na visão de muitos jovens periféricos, não deve ser interpretada como uma mera justificativa de inserção no narcotráfico. Em vez disso, se deve enfatizar a complexidade do que é viver na periferia, por esta razão, há uma grande necessidade de políticas públicas e sociais efetivas também para as populações periféricas e favelizadas, pois apenas assim será possível reduzir em grande medida, a entrada de jovens destes locais no tráfico de drogas.

Em suma, o tráfico de drogas não pode ser simplesmente rotulado como um problema social apenas das favelas e periferias. Isto porque, é em parte, uma resposta a desigualdades sociais e econômicas mais amplas, o que conseqüentemente, acaba assumindo papéis variados em diferentes contextos (COSTA e MENDES, 2021).

2.4 A PRECARIZAÇÃO JUVENIL TECNOLÓGICA: PLATAFORMIZAÇÃO DO TRABALHO

A plataformização³ do trabalho “[...] atualiza o cenário de informalidade, precarização e a desigualdade do mercado de trabalho no capitalismo contemporâneo [...]” (AMARAL et al., 2023, p. 1), este novo modelo de trabalho tem crescido cada vez mais no cenário periférico juvenil, já que os seus pré-requisitos são se cadastrar nas plataformas digitais, possuir um veículo⁴ que transporte carga para que rapidamente possa estar apto para começar a trabalhar no setor de *delivery*⁵.

Além da sua inserção instantânea no mercado de trabalho, o “buraco” é um pouco mais em baixo, visto que as próprias plataformas “vendem” para os seus trabalhadores “parceiros” (nome este que as plataformas usam para associar ao trabalhador) a autonomia do trabalho flexível, mas está na verdade maquiando o trabalho por demanda e sua indústria de reserva mediante as regras do capital (ROSENFELD e ALMEIDA, 2021).

Por possuírem “[...] os meios técnicos para subordinar, gerenciar e organizar não dezena, mas milhares ou até mesmo milhões de profissionais transformados em trabalhadores autônomos [...]” (ABÍLIO, 2020, p. 115).

Portanto, condicionando a dominação e a exploração do trabalho nas práticas neoliberais, como pontua Amaral e outros colaboradores (2023):

[...] O processo de plataformização do trabalho e seus efeitos sistêmicos no mundo laborativo, marcado pela informalidade, flexibilização, banimento dos apps, superexploração, autoexploração, subjetivação, autogerenciamento mediado por algoritmos, etc., tem delineado um cenário de maior precarização do trabalhador que é visto como “empreendedor de si mesmo”, e “parceiro” dos apps (AMARAL et al., 2023).

³ Inserção de infraestruturas digitais nos setores econômicos.

⁴ Geralmente, bicicleta ou motocicleta.

⁵ Rappi, Ifood, Uber Eats, entre outras plataformas digitais.

Desta maneira, os empregos digitais representam o desenvolvimento tecnológico no avanço do neoliberalismo no meio dos jovens, embora esse fenômeno possa parecer como um meio mais acessível de ser inserido no mercado de trabalho “formal”, ele se insere em um contexto associado a reorganização produtiva e das relações laborais sem nenhum asseguramento por partes das plataformas, possibilitando uma farsa normativa do trabalho formalizado (ABÍLIO, 2020).

Visto que, estas mudanças não apenas afetam a forma como o trabalho é organizado, mas também impactam nas concepções de dignidade, direitos e justiça social dos jovens periféricos que são inseridos no mercado de trabalho, flexibilizando ainda “[...] a instabilidade, para a incerteza dos rendimentos e para ausência de proteção social. [...]” (ROSENFELD e ALMEIDA, 2021, p. 10).

A lógica subjacente da relação parceiro e plataforma é fortemente fundamentada pelo neoliberalismo, “[...] trata-se da redução do trabalhador a um fator de produção que deve ser utilizado na exata medida das demandas do capital [...]” (ABÍLIO, op. cit., p. 112), que promove a flexibilização do mercado de trabalho e a minimização da intervenção estatal nas relações laborais.

Nesse contexto, as empresas buscam maximizar seus lucros por meio da redução de custos trabalhistas, e isso pode ser alcançado ao tratar os trabalhadores como prestadores de serviços autônomos, “contribuindo, assim, para o crescimento excessivo do exército industrial de reserva” (ALMEIDA PRADO et al., 2020, p. 713).

Portanto, como exposto por Abílio (op. cit.):

[...] a grande maioria da classe trabalhadora brasileira, o autogerenciamento é elemento estruturante de suas vidas e precede o que hoje possamos definir como políticas neoliberais ou inovações tecnológicas, [...] nessa condição, passa a ser subsumido, controlado, mapeado, gerenciado e monopolizado [...] (ABÍLIO, op. cit, p. 124).

A reflexão crítica sobre essas mudanças neoliberais por meio das plataformas digitais é de extrema importância para garantir que os trabalhadores periféricos que utilizam os *apps* tenham

condições dignas de trabalho e uma rede de segurança social ainda mais robusta para enfrentar os desafios do avanço do “capital digitalizado”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho propus comprovar como as principais dificuldades de inserção da juventude periférica afeta na sua entrada formal para o mercado de trabalho. Antes mesmo de começar me indaguei com as seguintes perguntas que me motivaram a realizar esse trabalho por meio de uma análise de dados retirados do IBGE (2019): *“Por que os jovens precisam trabalhar?”*; e, *“E quais são os motivos dos jovens escolherem caminhos alternativos ao mercado formal de trabalho?”*.

No Capítulo 1, abordamos a discussão do uso dos termos “adolescência” e “juventude”, destacando a importância dessa distinção para abranger todas as juventudes, olhando de uma forma sensível e politicamente social para os diferentes jovens periféricos. Em consequência, me perguntei, então, o que levaria os jovens periféricos a se encontrar em cada uma destas situações e como essas posições afetam a sua inserção formal no mercado de trabalho.

Mais adiante, no Capítulo 2, vimos a estruturação do trabalho na realidade da classe trabalhadora e como essa relação do trabalhador neoliberal e o mercado de trabalho é essencial para identificar os fatores que impactam essa relação.

De uma maneira geral, os fatores se concentram na subalternidade da classe trabalhadora, o que por sua vez são reveladas pelas manifestações de vulnerabilidade social, a escolarização, que explica como as variáveis ligadas à moradia familiar, tendem a ser norteadora das possíveis decisões dos jovens subalternos.

Além disso, o narcotráfico, que expõem a complexidade que é viver na periferia e como/por que o narcotráfico é visto como um dos métodos rápidos de sustento, e a plataforma do trabalho, no que diz respeito a problematização da inserção rápida no mercado de trabalho “formal”.

O meu objetivo caminhou, portanto, no sentido de expandir cada um dos fatores que impactam significativamente a juventude periférica, enfatizando a importância da reorganização de políticas que asseguram os jovens subalternos na entrada do mercado de trabalho formal, além de poder no meio do caminho conhecer realmente os fatores que impactam a vida de nós, periféricos.

Neste sentido, se conclui que a entrada precoce de jovens periféricos no mercado de trabalho é resultado da realidade sofrida por parte da juventude periférica, que os obrigam a buscar empregos cedo demais, em prol de sustentar financeiramente as suas famílias, ou para escapar das condições de vulnerabilidade social.

Todavia, sabemos que a transição para o mundo do trabalho é um passo necessário na vida do homem, mas para os jovens oriundos de subúrbios, a situação é ainda mais complicada. E por essas circunstâncias, buscam diferentes formas de ser inseridos mesmo que informalmente no mercado de trabalho, além de serem tratados como a mão de obra mais barata do mercado de trabalho e por consequência desprovidos de direitos.

Apesar de existirem leis que asseguram os direitos dos jovens que entram para o mercado de trabalho, acaba por ser abordado apenas para aqueles que já são abraçados pelo capital, e não para aqueles jovens que realmente precisam ser envolvidos e compreendidos pelo Estado.

Os serviços nacionais de aprendizagem e as entidades estatais deveriam proporcionar mais leis que envolvam as periferias, garantindo a proteção dos direitos no mercado de trabalho, promovendo a oportunidade digna de emprego.

Mas por sua vez, o buraco é um pouco mais embaixo, já que o capital continuará vendo o jovem periférico como uma mão de obra barata, e como mudar socialmente se aquele que dita regras não quer que mude?

Por fim, com este estudo é possível identificar o quanto a juventude periférica é considerada “inferior” em diversas dimensões sociais e econômicas, devido ao seu processo de desenvolvimento de identidade.

Portanto, nós jovens subalternos temos que procurar as nossas próprias variações para fugir das estatísticas que são postadas diariamente para nós, nos mostrar como receptores do nosso próprio destino, criando diferentes formas para combater a vulnerabilidade social e a lógica do capital de nos afastar do futuro que nós queremos.

Sendo assim, demonstrar politicamente que os jovens são fundamentais para o futuro do país e que a utopia de uma construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, não seja mais tão utópica.

Espero assim, que este trabalho possa ao menos estimular a potência que do que se vive nos subúrbios brasileiros e, que a juventude periférica possa se apropriar desta discussão, tão importante para nós, o que poderá propiciar o desenvolvimento de uma perspectiva crítica acerca das nossas vivências e de estratégias coletivas de enfrentamento das desigualdades socioeconômicas.

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, L. C. Uberização: gerenciamento e controle do trabalhador *just in time*. In: NOGUEIRA, A. M. et al. *Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 111-124.
- ABRAMO, H. W. *Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta; ANPOCS, 1994.
- ALMEIDA PRADO, A. C. S., SILVA, C. R.; SILVESTRINI, M. S. Juventudes, trabalho e cultura em tempos de racionalidade neoliberal. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, v. 28, n. 2, p. 706-724, 2020.
- ALVES, M. A. “Setor Informal” ou Trabalho Informal? Uma Abordagem Crítica sobre o Conceito de Informalidade. Dissertação de Mestrado. Campinas: Departamento de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2001. 166p.
- AMARAL, A. B.; FERREIRA, E. M. S., SILVA, E. de M. S. da; SCRIVINER NETO, J. S.; GARCEZ, R. M. Plataformização, desigualdade e precarização do trabalho: perspectivas das políticas públicas no Brasil contemporâneo. *Revista Foco*, v. 16, n. 1, p. 01-15, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.54751/revistafoco.v16n1-042>>.
- ANTUNES, R. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências. In: ANTUNES, R. (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 13-27.
- _____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação & Sociedade*, v. 25, n. 87, ago., p. 335-351, 2004.
- BARBOSA, R. N. C. Trabalho e economia solidária: crítica ao empreendedorismo como possibilidade histórica. In: FRANCISCO, E. M. V.; ALMEIDA, C. C. L. de (Orgs.). *Trabalho, território, cultura: novos prismas para o debate das políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2007, p. 79-98.
- BERGAMIN, M. de A. Juventude, trabalho e cultura periférica: a experiência da Agência Popular de Cultura Solano Trindade. *Caderno Adenauer*, XVI, n.1, p. 141-159, 2015.
- BONALUME, B. C.; JACINTO, A. G. *Encarceramento juvenil: o legado histórico de seletividade e criminalização da pobreza*. *Katálysis*, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 160-170, 2019.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. [Constituição (1988)]. [versão eletrônica]. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2023.

BRASIL. *Estatuto da Juventude: atos internacionais e normas correlatas*. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013.

_____. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. [Lei 8.069, de 13 julho de 1990]. Brasília: Ministério da Justiça, 1990.

BORGES, L. O.; YAMAMOTO, O. H. *Mundo do trabalho: construção histórica e desafios contemporâneos*. Psicologia, organizações e trabalho no Brasil, v. 2, p. 25-72, 2014. Disponível em: <http://www.larpsi.com.br/media/mconnect_uploadfiles/c/a/cap_01989.pdf>.

CORROCHANO, M. C.; FERREIRA, M. I. C.; FREITAS, M. V.; SOUZA, R. *Jovens e trabalho no Brasil: desigualdades e desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Instituto IBI, 2008.

COSTA, P. H. A. da; MENDES, K. T. Juventude brasileira e o trabalho no tráfico de drogas: pauperização, precarização e superexploração. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 14 (suplemento), 2021. Acesso em: <<https://doi.org/10.36298/gerais202114e18452>>.

COIMBRA, C. C.; BOCCO, F.; NASCIMENTO, M. L. Subvertendo o conceito de adolescência. [versão eletrônica]. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 57, n. 1, p. 2-11, 2005. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v57n1/v57n1a02.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2022.

CRUZ, U. R. X. da, GARCIA, R. A. Trabalho formal, informal e ordenamentos jurídicos na reciclagem brasileira. *Revista Formação (Online)*, v. 28, n. 53, p. 79-112, 2021. ISSN: 2178-7298. E-ISSN: 1517-543X.

DARDO, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DANTAS, J. G. T.; MICHELI, D. de. A favela onde moro: o território sob a perspectiva dos jovens. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 7, p. 2769–2782, jul., 2021.

EDSON, L.; JESUS, S. de. *Periferia, um termo crítico: distanciamentos espaciais, sociais e simbólicos nas cidades*. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmica Espaciais*. Recife, v. 10, p. 58-78, 2021. ISSN 2238-8052.

ERIKSON, E. *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, 2 ed.

FARIA, A. A. C. *Tráfico de drogas: uma opção entre escolhas escassas*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009. 272p.

FREITAS, M. V. de. *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, 2005. 2 ed.

GOMES, D. M.; MORAES, B. F.B. de. *O mundo do trabalho: alguns desafios e obstáculos para a juventude da periferia contemporânea frente à formação profissional*. [versão eletrônica]. Anais do XIII Encontro Nacional de História Oral – História Oral, Práticas Educacionais e Interdisciplinaridade. Associação Brasileira de História Oral, 01 a 04 de maio de 2016. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.encontro2016.historiaoral.org.br/resources/anais/13/1462051984_ARQUIVO_ArtigoCompletofinal.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2022.

GROPPO, L. A. Condição juvenil e modelos contemporâneos de análise sociológica das juventudes. [versão eletrônica]. *Última Década*, Cidade Valparaíso, n. 33, p. 11- 26, dez., 2010. Disponível em: <<https://scielo.conicyt.cl/pdf/udecada/v18n33/art02.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *PNAD Contínua Trimestral: desocupação recua em nove das 27 UFs no 4º trimestre de 2019*. Publicado e atualizado em: 14 fev. 2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/26912-pnad-continua-trimestral-desocupacao-recua-em-nove-das-27-ufs-no-4-trimestre-de-2019>>. Acesso em: 14 out. 2022.

_____. *Jovens de 15 a 29 anos, por tipo de atividade na semana de referência: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: 2021: Tabela 1.41*. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Acesso em: 30 set. 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>>.

_____. *Pesquisa Nacional de Saúde: 2013: Ciclos de Vida: Brasil e Grandes Regiões*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

KRAUSKOPF, D. Comprensión de la juventud. El ocaso del concepto de moratória psicosocial. [versão eletrônica]. Ventana Central: Prácticas Juveniles, *JOVENes: Revista de Estudios sobre la Juventud*, México (DF), ano 8, n. 21, p. 27-39, jul.-dez., 2004. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/262541989_Condicion_juvenil_y_modelos_contemporaneos_de_analisis_sociologico_de_las_juventudes>. Acesso em: 08 set. 2022.

MALAGUTI, M. L. *Crítica à razão informal: a imaterialidade do salariado*. São Paulo: Boitempo, 2000.

MARQUES, A. P. P. *Na fronteira do mercado de emprego: jovens, trabalho e cidadania. Trabalho, Educação e Saúde*, v. 18, n. suppl. 1, 2020.

MATHEUS, T. C. *Adolescência: História e política do conceito na psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

MESTRE, D. S.; JOSÉ, C. B. M. T.; RODRIGUES, M. S.; OLIVEIRA, J. S. Informalidade no mercado de trabalho: abordagens conceituais e evolução histórica. *Revista Pesquisa e Debate*, v.

32, n. 1, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/48445-Texto%20do%20artigo-146747-1-10-20200818%20(2).pdf>. Acesso em: 23 jan. 2024.

MINAYO, M. C. S. A condição juvenil no século XXI. [versão eletrônica]. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; NJAINE, K. (Orgs.). *Amor e violência: um paradoxo das relações de namoro e do 'ficar' entre jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, p. 17-43, 2011. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/4c6bv>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

MORAIS, N. A.; RAFFAELLI, M.; KOLLER, S. H. Adolescentes em situação de vulnerabilidade social e o continuum risco-proteção. *Avances en Psicología Latinoamericana*, v. 30, n. 1, p. 118-136, 2012. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/799/79924085009.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2024.

MOREIRA, J. O.; ROSÁRIO, B.; SANTOS, A. P. Juventude e adolescência: considerações preliminares. *Psico*, [S. l.], v. 42, n. 4, 2012. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/8943>. Acesso em: 15 mar. 2023.

OLIVEIRA, H. S. de.; OLIVEIRA, E. F. R. de. Juventudes, Periferias e o debate teórico acerca dessa temática no campo da educação. [versão eletrônica]. *Ensaios Filosóficos*, Rio de Janeiro, v. 19, p. 37-54, jul., 2019. Disponível em: <http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo19/04_OLIVEIRA_Ensaios_Filosoficos_Volume_XIX.pdf>. Acesso em: 05 set. 2022.

OPAS – ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. *Ação Global Acelerada para a Saúde de Adolescentes (AA-HÁ!)*: Guia de Orientação para apoiar a implementação pelos países - resumo. Brasília, D.F.: Organização Pan-Americana da Saúde, 2018.

PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. *Análise Social*, Lisboa, v. XXV, n. 105-106, p. 139-165, 1990.

PARENZA, C. T. Trajetórias: um instrumento de análise da participação do trabalhador no mercado de trabalho. *Revista Serviço Social & Sociedade*, n. 93. São Paulo: Cortez, 2008.

QUEIROZ FILHO, A. P. de. Sobre as origens da favela. *Mercator*, Fortaleza, v. 10, n. 23, p. 33-48, set.-dez., 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.4215/RM2011.1023.0003>>.

REIS, M. C.; RAMOS, L. Escolaridade dos Pais, Desempenho no Mercado de Trabalho e Desigualdade de Rendimentos. *RBE*, Rio de Janeiro, v. 65, n. 2, p. 177-205, 2011.

RIBEIRO, M. A.; UVALDO, M. da C. C.; FONÇATI, G., AUDI, D. A.; AGOSTINHO, M. L.; MALKI, Y. Ser adolescente no século XXI. In: LEFENVUS, R. S. (Org.). *Orientação vocacional e de carreira em contextos clínicos e educativos*. Porto Alegre: Artmed, p. 13-23, 2016.

ROSA, B. O; SGARBI, G. S. N; PIANA, M. C. Questão social e a precarização do trabalho contemporâneo: uma análise dos excluídos. *Revista Eletrônica: Diálogos Acadêmicos*. v. 12, n. 1, p. 26-43, jan.-jul., 2017. Disponível em: <https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20180502083916.pdf>.

ROSENFELD, C. L.; ALMEIDA, J. Plataformização do trabalho. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 23, n. 57, mai.-ago., p. 9-16, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/15174522-117636>>.

SANTOS, A. dos. *O que é Juventude*. Publicado em: 05 mar. 2021. Disponível em: <<https://cafecomsociologia.com/juventude/>>. Acesso em: 20 set. 2022.

SANTOS, T. P. dos. *Juventude(s) da periferia: vulnerabilidade e o tráfico de drogas*. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 7 a 18 de novembro de 2018, Universidade Federal do Espírito Santo (Vitória-ES), p. 1-14. Eixo: Classes Sociais, Geração e Serviço Social, Sub-eixo: Juventude.

SALATA, A. *Estudar X Trabalhar: as influências do local de moradia sobre as escolhas dos jovens no município do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, 2010. 99f.

SCHOEN-FERREIRA, T. H; AZNAR- FARIAS, M.; SILVARES, E. F. de M. Adolescência através dos Séculos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 26, n. 2, p. 227-234, 2010.

SERRA, E. *Adolescência: perspectiva evolutiva*. Anais do VII Congresso INFAD. Espanha, Oviedo, p. 24-28, 1997.

SILVA, C. R.; LOPES, R. E. Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas. [versão eletrônica]. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, jul.-dez., v. 17, n. 2, p. 87-106, 2009. Disponível em: <<https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/100>>. Acesso em: 18 nov. 2022.

SILVA, S. C., GALETO, P. H., & BATISTA, R. K. (2020). Juventude, Mundo do Trabalho e Vulnerabilidade Social: O desemprego juvenil no Brasil como uma expressão da condição de subalternidade da classe trabalhadora. *Emancipação*, n. 20 (especial), p. 1-11. <<https://doi.org/10.5212/Emancipacao.v.20.2014836.002>>.

SOBRINHO, R. S. M. Vozes da infância: refletindo práticas educativas de pesquisa e as contribuições do conceito de Violência Simbólica. *Revista Zero-a-Seis*, Florianópolis, v. 9 n. 15, jan.-jun., p. 26-39, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/876/832>>. Acesso em: 23 jan. 2024.

SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* Editora UFMG: Belo Horizonte, 2010.

TAKEITI, B. A.; VICENTIN, M. C. G. Juventude(s) periférica(s) e subjetivações: narrativas de (re)existência juvenil em territórios culturais. [versão eletrônica]. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 31, número especial, p. 256-262, set., 2019. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/29028>>. Acesso em: 06 nov. 2022. DOI: https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29028.

TRAVASSOS, M. do R. de C.; CECCARELLI, P. R. Ritos de passagem: o lugar da adolescência nas sociedades indígenas Tembé Tenetehara e Kaxuyana. [versão eletrônica]. *Reverso*, Belo Horizonte, v. 38, n. 71, p. 99-106, jun., 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952016000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 out. 2022.